

Pedido de informação – Petição n.º 8/XVI/1ª

Em resposta ao pedido de informação sobre a Petição n.º 8/XVI/1ª, *Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira*, solicitado em ofício datado de 13-052024, deve começar por se referir que o Conselho Nacional de Educação (CNE) tem acompanhado e divulgado publicamente uma diversidade de considerações relacionadas com a profissão docente e com as condições do seu exercício, numa perspetiva de reconhecimento e valorização da carreira e de equidade entre os respetivos profissionais.

Neste contexto, num conjunto de estudos, pareceres, relatórios e recomendações, o CNE alertou para uma diversidade de situações tais como: a) as questões da desvalorização social da profissão ([Recomendação nº1/2016](#)); b) a sua falta de atratividade ([Regime de Seleção e Recrutamento do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário](#)) e ([Recomendação nº 3/2019](#)) sobre *Qualificação e valorização de educadores e professores dos ensinos básico e secundário*; e c) a necessidade de *implementar medidas que contribuam para a valorização e para o prestígio da profissão docente, de modo a aumentar a sua atratividade e a reforçar a adesão/procura e a retenção de novos profissionais* ([Recomendação nº 3/2024](#)). Nesta última recomendação, é expressamente referida a necessidade de melhorar as condições do exercício da profissão, nomeadamente através da “revisão dos índices remuneratórios e das condições de progressão”. Também no [Estado da Educação 2021](#) e no [Estado da Educação 2022](#) estas problemáticas foram apresentadas e discutidas.

Tendo em conta as posições que o CNE tem vindo a divulgar, nomeadamente através dos documentos acima referidos, reconhece-se a importância de se desenvolverem as ações consideradas necessárias para valorizar a profissão docente, nomeadamente no que se refere às questões que se prendem com a *Recuperação do tempo de serviço congelado e ainda não contabilizado para efeitos de carreira*, tal como mencionadas na Petição n.º 8/XVI/1ª. Consequentemente, considera-se que tais ações passarão necessariamente por negociações entre a administração e as entidades representantes dos trabalhadores docentes.